

## **REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL DO RPPS**

### **RESOLUÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE ARATIBA, Nº 002/2025, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.**

Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de Aratiba.

**VIVIANE PAULA CYPEL COSTA**, Presidente do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), do Município de Aratiba, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber o que segue:

#### **CAPÍTULO I – DA NATUREZA E FINALIDADE**

**Art. 1º** O Conselho Fiscal, instituído pela Lei Municipal nº 4.804/2023, é o órgão colegiado de fiscalização da gestão financeira e administrativa do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de Aratiba.

**Art. 2º** O Conselho Fiscal tem por finalidade zelar pela gestão econômico-financeira, garantindo a transparência e a legalidade das ações do RPPS.

#### **CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO, NOMEAÇÃO E MANDATO**

**Art. 3º** O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes, conforme os critérios da Lei Municipal nº 4.804/2023:

**I** – 02 (dois) representantes eleitos pelos servidores ativos e inativos em assembleia geral;

**II – 01** (um) representante indicado pelo Poder Executivo Municipal.

**Art. 4º** Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes serão nomeados por Ato do Prefeito Municipal, após a indicação formal dos eleitos em Assembléia Geral para fim específico e do representante indicado pelo Poder Executivo.

**Parágrafo único.** A investidura nos cargos ocorrerá mediante assinatura de Termo de Posse, onde os membros declararão ciência das responsabilidades inerentes à função fiscalizadora.

**Art. 5º** Os membros do Conselho Fiscal deverão ter sido aprovados em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, de acordo com as normativas do Ministério do Trabalho e Previdência.

**Art. 6º** O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 04 (quatro) anos, não permitida a recondução, salvo que, em situação excepcional, não existam servidores que atendam os requisitos para assumirem o cargo;

### **CAPÍTULO III – DAS COMPETÊNCIAS**

**Art. 7º** Compete ao Conselho Fiscal do RPPS de Aratiba:

- I** – eleger o seu Presidente;
- II** – elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho Fiscal;
- III** – examinar os balancetes e balanços do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município, bem como as contas e os demais aspectos econômico-financeiros;
- IV** – examinar livros e documentos;
- V** – examinar quaisquer operações ou atos de gestão do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município;
- VI** – emitir parecer sobre os negócios ou atividades do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município;
- VII** – fiscalizar o cumprimento da legislação e normas em vigor;
- VIII** – requerer ao Conselho Deliberativo, caso necessário, a contratação de assessoria técnica;
- IX** – lavrar as atas de suas reuniões, inclusive os pareceres e os resultados dos exames procedidos;
- X** – remeter ao Conselho Deliberativo parecer sobre as contas anuais do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município, bem como dos balancetes;

- XI** – praticar quaisquer outros atos julgados indispensáveis aos trabalhos de fiscalização;
- XII** – sugerir medidas para sanar irregularidades encontradas;
- XIII** – compete ao Presidente do Conselho Fiscal convocar e presidir as reuniões do Conselho.

## **CAPÍTULO IV – DO FUNCIONAMENTO E DAS REUNIÕES**

**Art. 8º** O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou da maioria absoluta de seus membros, com antecedência mínima de 05(cinco) dias.

**Art. 9º** As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria absoluta de votos, exigindo-se quórum mínimo de 2/3 (dois terços) de seus membros para a abertura dos trabalhos.

§ 1º As atas de reuniões e decisões do Conselho serão disponibilizadas aos membros dos órgãos do RPPS e aos segurados, em observância à Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011).

§ 2º Serão ressalvadas da disponibilização prevista no parágrafo anterior as informações protegidas por sigilo legal, bem como dados que envolvam a intimidade, vida privada, honra e imagem de pessoas, nos termos da legislação vigente.

## **CAPÍTULO V – DA GRATIFICAÇÃO**

**Art. 10** A partir de 01 de janeiro de 2027, os membros titulares do conselho fiscal, farão jus ao recebimento de gratificação mensal pelo desempenho de suas funções, conforme o valor e critérios estabelecidos na Lei Municipal vigente.

§ 1º A gratificação de que trata o caput correrá à conta da taxa de administração do Fundo Próprio de Previdência Social.

§ 2º A referida gratificação possui natureza transitória, vinculada ao exercício da função, não sendo incorporada para cálculo de férias, gratificação natalina ou qualquer outro benefício, e sobre ela não incidirá contribuição previdenciária

§ 3º No caso dos membros suplentes, a gratificação será devida apenas nos períodos em que houver a substituição formal e o efetivo exercício das atribuições do titular.

## **CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 11.** O descumprimento dos deveres de fiscalização ou a prática de atos com dolo ou culpa sujeitará o membro do Conselho às sanções administrativas e civis cabíveis.

**Art. 12.** O FPSA garantirá os meios necessários para o funcionamento do conselho, incluindo o custeio de capacitações e certificações que guardem pertinência com as atribuições do cargo e atendam ao interesse institucional do Regime Próprio de Previdência Social.

**Art. 13.** Os casos omissos neste Regimento serão decididos pelo Conselho Fiscal em conjunto com o Conselho Deliberativo, observada a legislação vigente.

**Art. 14.** Este Regimento Interno poderá ser alterado nas seguintes hipóteses:

§ 1º Sempre que houver alteração na legislação federal ou municipal que impacte diretamente as normas aqui contidas, o texto do Regimento poderá ser atualizado para fins de adequação e escrita, independentemente de novo processo de autorização formal de mérito, visando manter a conformidade legal do órgão.

§ 2º A modificação do Regimento também poderá ocorrer por iniciativa do Presidente do RPPS ou da maioria dos membros do Conselho Fiscal.

§ 3º Em qualquer das hipóteses previstas no § 2º, a proposta de alteração deverá ser submetida à apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo.

**Art. 15** Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Aratiba, RS, dezembro de 2025.

**VIVIANE PAULA CYPEL DA COSTA**  
Presidente do RPPS